

As Ideologias pseudomarxistas da alienação¹

Etienne Balibar

Traduzido por Maria Leonor Loureiro

“Em nossa época, nos países capitalistas avançados, a abundância, o bem-estar, o consumo de massa estão na ordem do dia. A luta de classes está por isso ‘ultrapassada’?” É o que gostaria de fazer acreditar a propaganda da burguesia, com o auxílio mais ou menos deliberado de certos sociólogos ou economistas. Na realidade, a natureza do capitalismo, embora revista em épocas diferentes, formas diferentes que convém analisar, permanece fundamentalmente a mesma, enquanto uma transformação qualitativa da estrutura social não intervém; e essa transformação pode ser apenas, como Marx e Lênin mostraram, o resultado de uma práxis revolucionária esclarecida pelo conhecimento da história. Ora, o que é o capitalismo em sua essência? É o trabalho alienado, o produtor despossuído de seu produto o qual ele vê erguer-se diante de si como seu senhor, sob a forma do capital; e com isso, é o produtor despossuído de seu próprio ser, sem poder sobre sua própria história; enfim, é o reinado da mercadoria, da coisa sobre

¹ Artigo publicado na revista *Clarté*, antigo periódico dos estudantes comunistas franceses. Revista *Clarté*, no 59, janeiro de 1965, p. 28, 29, 30 e 35. A redação da revista redigiu a seguinte nota explicando o objetivo da publicação do texto de Balibar: “O artigo a seguir inscreve-se num esforço de elaboração marxista que implica as mais amplas trocas de visões. O bureau nacional, sem compartilhar as apreciações que nele se encontram, deseja com esta publicação começar um debate ao qual será preciso voltar”. Seu título original é *Les idéologies pseudo-marxistes de l’aliénation* e está disponível em: <[---

caderno cemarx, nº 7 – 2014 | 229](http://www.cme-u.fr/components/com_zoom/www/.php?popup=1&q={obfs: 225227208219224263271267274286227 215212265217223203263 2692732862 272152 122652192092592242152192142632862272152122652202 192082632752862272152122652072192242 63276}>. As normas das referências e citações seguem o formato original.</p></div><div data-bbox=)

o homem, e são as relações sociais entre homens concretos ocultadas, pervertidas sob a aparência de relações das coisas entre si. Dessa alienação essencial, definida por Marx em sua generalidade desde os textos de “juventude”, podem decorrer todas as manifestações em todos os níveis da prática social, nas formas de exploração do trabalhador, mas também nas instituições que a perpetuam e que instituem uma reificação suplementar (o Estado e sua burocracia, seu formalismo), nas formas de consciência que refletem e justificam a separação do homem de si mesmo (a moral burguesa, a religião). Assim a sociedade burguesa aparece em sua totalidade como uma sociedade inumana, uma “pré-história” do homem. Falar de alienação permite então ao mesmo tempo restabelecer a continuidade que vai da interminável jornada de trabalho de ritmos de produção infernais, do pauperismo ao consumo forçado, e a que une dois fenômenos tão diferentes quanto o trabalho frustrante e as formas hipócritas, doentias e mutiladoras do amor burguês. Numa palavra, é uma categoria dialética fundamental, porque é uma categoria da totalidade; por isso ela é indispensável à prática: nela se fundamenta a necessidade de uma transformação revolucionária global (contra todos os reformismos); por isso ela é indispensável à teoria: nela se fundamenta uma sociologia dialética (contra as compartimentações e os empirismos).

Não é assim que se poderia resumir brevemente, como marxista, o sentido e o uso do conceito de alienação, daí decorrendo com evidência seu lugar central no materialismo histórico?

É preciso responder nitidamente: NÃO.

Não, porque, em seus usos atuais, seja por marxistas “ortodoxos” ou não, ele assume uma dupla função:

1. De regressão teórica, quando substitui os conceitos científicos existentes na teoria marxista;

2. De obstáculo epistemológico, quando, tentando pensar com seu auxílio fenômenos novos ou ainda não explicados, exclui-se a posição verdadeira dos problemas, e imediatamente sua solução.

Por esta posição radical, exponho-me, antes mesmo que provas possam ter sido fornecidas e discutidas, e porque o assunto não é novo, a várias espécies de acusações (a lista não é limitativa):

– A de *stalinismo*: o conceito de alienação mantido sob suspeita durante o período stalinista (porque os social-democratas, primeiros editores das obras de juventude de Marx, dele se serviram abundantemente em sua polêmica contra o marxismo “oficial”), aparece agora como o próprio símbolo de um marxismo aberto, desembaraçado dos limites artificiais, pronto para novas descobertas. Nele, estaria contida a promessa de uma fecundidade filosófica reprimida pelo stalinismo cientista. Querer fazê-lo desaparecer seria finalmente uma tentativa de retorno às aberrações da “ciência proletária”. Afasto esta acusação por princípio, pois ela se baseia numa sequência de paralogismos: não é porque a rejeição stalinista do conceito é ela mesma ideológica que toda nova rejeição também o é; não é porque o conceito é “anti-stalinista” por excelência que ele é verdadeiro. Um conceito não vale por seu nome, mas por sua definição no interior de um discurso.

– A de *cientificismo*: assim são efetivamente visadas, particularmente nos meios estudantis influenciados pelo “romantismo do nosso tempo”, as tentativas teóricas baseadas na distinção marxista essencial entre a ciência e a ideologia². É impossível retomar aqui os textos de Marx que estabelecem essa distinção e prosseguir seu estudo. Que se retenha dessa definição (que é ao mesmo tempo a colocação de um problema, aberto por sua vez): *é ideológico todo discurso que exprime o desconhecimento pelo indivíduo de suas determinações reais, enquanto esse desconhecimento for uma função necessária na estrutura social*³.

² Cf. Marx, *Introdução à Crítica da Economia Política* (1857).

³ Nas duas partes desta definição, a ideologia é definida como discurso e como prática. Enquanto discurso, ela possui os caracteres da mistificação, da qual Marx dizia que

– A de *abstração*: ou até mesmo de fraqueza filosófica. Acusação cuja origem está em algum culto do “concreto” ou da “vivência”. O conceito de alienação recobre comodamente demais os caracteres desse “concreto”⁴. Vou voltar a isso.

– A de *amálgama*: não é perfeitamente arbitrário falar em geral desse conceito, pretender reunir assim de um golpe teorias diferentes entre si, e especialmente filosofias organizadas (Lukács, Goldmann, Lefebvre, e acessoriamente Axelos, etc., mas inicialmente o jovem Marx) e empregos frouxos e quotidianos (“sou alienado”, existe uma “alienação na televisão e na máquina de lavar” – cf. *Temps Modernes*, set.- out. 1962, Avant-propos)? Efetivamente, será preciso mostrar, nos caracteres mesmos do conceito, as razões desse vasto campo que ele recobre: a “problemática” que ele organiza. O corte não é entre o discurso espontâneo, irrefletido, e o discurso organizado (a “filosofia”), mas entre: o *discurso ideológico* organizado ou inorganizado, e o *discurso teórico* marxista-leninista.

A essência do homem

Esboçarei inicialmente uma história do conceito de alienação para mostrar a que problemática ele se vincula. Esta só pode ser muito esquemática, e para mais precisão remeto aos trabalhos de Auguste

ela não está nas respostas, mas já na pergunta (ideologia alemã). Esse discurso possui, portanto a coerência, implícita ou explícita, de uma “problemática” (cf. L. Althusser, *La Pensée* n. 96, março-abril 1961). Enquanto prática, ela possui todas as propriedades de um objeto real, assinalado por Marx na estrutura da sociedade (cf. *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1859). As determinações reais que a ideologia desconhece são então, em particular, as do próprio discurso ideológico: a ausência no marxismo de uma teoria científica completa da ideologia como prática (das causas da moral, da religião, da filosofia e de suas formas históricas particulares) permite esse desconhecimento se perpetuar no seio do próprio marxismo.

⁴ O único “concreto” ao qual a ciência se refere é o que Marx chama do “concreto de pensamento”. Sobre esse ponto, cf. *Introd. à Crítica da Econ. Pol.*, e: “Processo real e processo pensado”, in *Cahiers marxistes-léninistes* publicados pelo Cercle des étudiants communistes de l’E.N.S., n. 1.

Cornu e de Althusser, que são os mais interessantes, uns pela amplitude e precisão da informação, os outros pelos princípios de análise crítica que expõem. Em seu uso por Marx e pelos marxistas, o conceito vem de Feuerbach. É certo que pela origem é hegeliano, mas essa herança só se transmite a Marx, como vamos ver, mediante a maneira muito particular pela qual Feuerbach volta contra o próprio Hegel o discurso hegeliano. É de Feuerbach que provém a distinção entre o *sistema* hegeliano (que se realiza no espírito absoluto) e o *método* hegeliano, na sua essência *crítica*, desmistificadora de todos os pensamentos prontos produzidos no movimento da história: a dialética. Assim a primeira tentativa de Feuerbach é de operar efetivamente essa inversão: criticar o sistema hegeliano com a ajuda dos próprios conceitos hegelianos. Na *Crítica da Filosofia de Hegel* (1839), o sistema hegeliano aparece como “a autoalienação absoluta do pensamento”: na letra do sistema no qual ele deveria ter encontrado sua expressão adequada, o sentido se alienou, ou seja, perdeu-se e reencontrou-se como seu contrário. Diante do sentido, como projeto filosófico sempre vivo, a letra aparece agora como a estranheza mesma, e o obstáculo à sua realização. Na *Essência do Cristianismo* (1841), uma primeira generalização permite a constituição do modelo conceitual que acompanhará doravante todos os avatares da alienação: em seu aspecto alienado, o sistema hegeliano procedia da essência de um discurso geral, que é o discurso religioso. Dizer que o homem está alienado na religião quer dizer que a religião lhe apresenta apenas o próprio homem sob a forma de um ser diferente dele, desconhecido, e seu senhor. Deus criado pelo homem torna-se criador do homem, e se atribui sob forma de perfeições os atributos do homem. Por causa disso o homem é apenas a coisa de Deus: sua liberdade é aí perdida. Desta forma, na alienação religiosa, acreditando conhecer Deus, é a si mesmo que o homem conhece, mas sem o saber e assim ele não se reconhece absolutamente.

Formulemos as propriedades gerais deste esquema:

1. A alienação é obra do próprio homem: ela não se distingue do processo de sua atividade. Criando objetos, ou seja, expressando-se,

realizando a si mesmo, o homem cria o instrumento de sua própria despossessão. É a atividade humana que é pervertida, alienada – alienante, e por conseguinte a alienação aparece primeiro ao homem como uma fatalidade natural.

2. Mas o esquema feuerbachiano é de imediato um esquema crítico: ao mesmo tempo em que revela a alienação, permite sua supressão. Se a alienação é obra do homem, está em seu poder suprimi-la por um processo inverso de *recuperação*. Com efeito, o objeto em que sua liberdade se perde é apenas na aparência um senhor desconhecido: ele é na realidade inteiramente humano, embora não reconhecido.

3. Movimento de alienação e movimento de recuperação não podem ser pensados a não ser a partir de uma *essência do homem*, pré-existente por direito a essa história: “o homem verdadeiro” ou “o homem total”, perdido primeiro, reencontrado em seguida. Pode-se descrever esse homem verdadeiro: basta negar cada um dos atributos do homem alienado.

4. Tudo se deve então a uma relação da essência e da existência do homem; em sua essência ele é livre e se realiza plenamente pela criação; em sua existência ele é dominado e mutilado. Um direito opõe-se a um fato. *Praticamente*, a essência do homem aparece portanto como um *ideal* a realizar, seja qual for o “materialismo” da definição que dele se dá. (Já em Feuerbach, o homem é definido por suas necessidades).

Daí decorre o caráter particular da supressão da alienação: ela está toda contida na crítica, ou seja, na confrontação dos dois termos: o homem, e seu produto que o modificou por sua vez “dialeticamente” (em Feuerbach: o homem e Deus). Ela não intervém do “exterior” como uma *influência* sobre as coisas ou uma *transformação* das condições que produziram a alienação, mesmo se batizada de “prática”. Assim como ela nasceu de uma cisão, morre de uma reunificação que se manifesta como *conscientização*. Logo, tudo acontece de fato na consciência.

Nas “obras de juventude”, Marx aplica explicitamente o esquema feuerbachiano a vários objetos sucessivos: na *Questão Judaica* e na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843) (que é um exemplo

perfeito de inversão do hegelianismo), ao Estado. Não me deterei nisso aqui, notando somente que essa aplicação, terminando por fazer do Estado (burguês) a projeção ideal da comunidade real dos homens, é inconciliável com a teoria ulterior do Estado, desenvolvida, por exemplo, no *18 Brumário* (1852), *A guerra civil na França* (1871), *A Origem da Família* (1884), etc., nos quais o Estado aparece como superestrutura real, instrumento de dominação de uma classe. O que pensar então da alienação política? Ou bem ela se refere a essa problemática da origem, que lhe faz desempenhar um papel explícito (em alemão “Entfremdung”, “Entausserung”, “Entwirklichung” descrevem esse movimento de cisão da essência (o Homem) e da existência (os homens históricos, de desrealização da essência); ou bem ela designa a confusão das duas teorias do Estado, visando uma sob o nome da outra, embora elas sejam mutuamente excludentes.

O trabalho alienado

Deter-me-ei mais longamente sobre o uso do conceito de alienação e do esquema feuerbachiano nos *Manuscritos de 1844*. De fato, é aqui que tudo se decide, desde a questão histórica do “jovem Marx” e aquela, epistemológica, da ruptura entre discurso científico e discurso ideológico, até o sentido dos empregos atuais do termo. Pois os *Manuscritos de 1844*, pela primeira vez, tratam imediatamente da economia, e o que aí se apresenta “alienado” é o trabalho. De forma que não se terá dificuldade para achar nos *Manuscritos* e em *O Capital* fórmulas semelhantes, concordantes, por vezes idênticas, nas quais se fundamentam todas as leituras filosóficas de *O Capital*. Concluir daí a identidade das problemáticas seria tomar as palavras por conceitos, ou acreditá-los necessariamente vinculados uns aos outros. Ora de que “economia” se trata, e de que “trabalho”?

Marx analisa primeiramente o “trabalho alienado”, ou seja, duas coisas: de um lado “um fato econômico atual”, a pauperização do operário, imediatamente perceptível, e do outro uma interpretação

desse fato: a pauperização é refletida como a alienação das “forças essenciais do homem”. Esse ponto de partida é assim ao mesmo tempo o mais *concreto*, o particular extremo da observação, e o mais *abstrato*, a generalidade indeterminada da essência. Notemos, para voltar a isso, este ponto importantíssimo. A partir daí se desenvolve, portanto, uma fenomenologia do trabalho alienado, onde se revelam suas determinações sucessivas. Assim são engendrados a partir da essência:

1. A alienação do trabalho nos seus produtos, que são subtraídos ao produtor. A natureza exterior aparece-lhe como um poder hostil (em vez de ser o campo de sua realização).

2. A alienação do trabalho na própria atividade produtiva: não livre afirmação de si, mas trabalho forçado; não satisfação de uma necessidade, mas meio de satisfazer necessidades de fora do trabalho. É sua própria natureza que aparece agora ao homem como desconhecida. “A procriação é castração”.

3. A alienação da essência humana, ou como diz Marx retomando o conceito de Feuerbach, do “ser genérico do homem”: o que o distingue da animalidade. Pelo trabalho alienado, a humanidade no homem está submetida à animalidade, as faculdades intelectuais às necessidades. Está aqui a inversão da essência e da existência caracterizada mais acima.

4. Enfim, “consequência imediata”, a alienação da relação do homem com o homem: cada um é alheio ao outro. Este é o último momento da fenomenologia, que esgota as *manifestações* da alienação, onde o geral é determinado em vez de ser, como no início, indeterminado. “Em geral toda relação na qual o homem se encontra consigo mesmo não se atualiza, não se exprime a não ser na relação em que o homem se encontra com os outros homens”. Notemos bem que não se trata do que Marx chamará mais tarde de *relações sociais*, mas da relação vivida dos indivíduos entre si, da maneira pela qual eles aparecem uns aos outros.

Desta análise, a propriedade privada é então *deduzida* por Marx, que engendrou assim a sociedade e a história a partir da essência do

homem. Na aparência, diz Marx, a propriedade privada explica a alienação do trabalho; na realidade “a relação do operário para com o trabalho engendra a relação do capitalista, do dono do trabalho, seja qual for o nome que se lhe dê, para com este. A *propriedade privada* é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho alienado*, da relação exterior do operário com a natureza e consigo mesmo.

Este método e seus resultados são incompatíveis com a análise científica de *O Capital*.

O ponto de partida, nos *Manuscritos*, é o “concreto” onde se lê (mesmo sob uma forma invertida) a essência do homem, ou seja, a abstração filosófica por excelência é a confusão do imediatamente percebido numa consciência, com o fundamental na estrutura. *Reencontrar-se-á esta coincidência ilusória em todos os usos ulteriores do conceito de alienação*, que permitirão assim economizar a análise científica. A abordagem científica correta – a de *O Capital* – consiste ao contrário em partir de *abstrações científicas*, tais como os conceitos de mercadoria, valor, mais-valia etc., para reconstituir o processo da produção capitalista. Em particular o conceito de “trabalho alienado” não corresponde a nenhum dos dois conceitos de trabalho de que fala *O Capital*: “trabalho concreto” (criando o valor de uso), e “trabalho abstrato” (criando o valor de troca)⁵.

O conceito de alienação permite em seguida economizar a *história real*, apesar de todos os apelos aos “homens concretos”. Se

⁵ O caráter do ponto de partida se repercute em seguida sobre a ordem da análise e o caráter das definições. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx escreve: “Assim como do conceito de trabalho alienado, tornado alheio, tiramos por análise o conceito de propriedade privada, igualmente, com a ajuda destes dois fatores, podem-se expor todas as categorias da economia e, em cada categoria, como por exemplo o trânsito, a concorrência, o capital, o dinheiro, encontraremos apenas uma *expressão determinada e desenvolvida* dessas primeiras bases” (p. 68). Veem-se aqui, confundidas a esmo, visto que conta somente seu valor “de expressão” da essência comum, “categorias” que pertencem à análise do processo de circulação (o dinheiro, o trânsito), do processo de produção (o capital), ou do “processo de conjunto” (livro III de *O Capital*, a concorrência), que serão cuidadosamente distinguidos e ordenados em *O Capital*.

a propriedade privada é deduzida da essência do trabalho alienado, ela não pode aparecer como a *condição* histórica da exploração do trabalhador. Aliás, é ignorada toda distinção entre a propriedade privada dos *meios de produção*, a única determinante no processo de produção capitalista, e as outras. Ignora-se assim o problema das condições específicas da produção capitalista: ela não se pode instituir a não ser que o homem, ou antes, *alguns homens* sejam vendedores de sua força de trabalho. Quais homens? De onde eles vêm? A alienação não presta contas disso, pois oscila entre a essência intemporal e a constatação do atual. Substituindo o conceito de *exploração* ou de extração de mais-valia, a alienação faz desaparecer a especificidade histórica do objeto de estudo, ela permite trocar a explicação das causas pela descrição dos efeitos⁶.

“A economia” é somente o lugar do debate filosófico entre a essência do homem e sua alienação. E, por conseguinte, a libertação é ela mesma puramente filosófica: *nenhuma estratégia revolucionária pode ser fundamentada nas análises do “trabalho alienado”*. Pois tal estratégia supõe a estimativa de relações históricas de forças, logo a análise no seio da sociedade de instâncias reais, diferentes da simples manifestação de uma essência. Esta libertação, na problemática ideológica da alienação, não é a transformação de uma realidade em outra realidade, é a passagem do fato ao direito, a recuperação da essência pela negação de todos os caracteres do trabalho alienado, enumerados acima. (E especialmente, é a *adequação* reencontrada entre o trabalhador e os produtos do seu trabalho, ideia profundamente alheia ao marxismo, profundamente implantada ao contrário na filosofia do século XVIII. Ver-se-á na *Crítica do programa de Gotha* (1875) como Marx refuta a ideia de que é preciso

⁶ A alienação não pode por conseguinte dar conta do que distingue propriamente a exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista. Os utilizadores modernos do termo têm às vezes consciência disso: “Para descobrir as raízes da alienação, é preciso portanto remontar às origens... a alienação vincular-se-ia à propriedade e à perversão inevitável historicamente da apropriação do mundo como propriedade.” (H. Lefebvre, *La Somme et le Reste*, p. 524).

devolver ao trabalhador o objeto de seu trabalho. Porque a alienação não é um conceito histórico, mas *antropológico*, a revolução também não é histórica. Ela é o *fim da história*, o instante absoluto da reunião do homem consigo mesmo, e a ideologia da alienação, ao pensar a história do homem alienado como um *paraíso perdido*, encerra-se, segundo a lógica interna de seu discurso, na utopia do *paraíso reencontrado*, construído de acordo com o modelo do Século das Luzes: é o “mundo melhor” de Jean Baby, ou, a partir do jovem Marx e de Feuerbach: é o “mundo do humanismo realizado”, que promete em seu livro “Marx, pensador da técnica”, Kostas Axelos, no qual “Tudo se terá tornado humano, os seres e as coisas, tudo se tornando transparente e se desvelando na atividade prática do homem que objetivará seu ser em suas obras”. A “reconciliação conquistadora”, preâmbulo necessário do “pensamento planetário”, como diz ainda o Sr. Axelos, não é por aí que passa a construção efetiva da ciência marxista e do comunismo.

Ressurgimentos ideológicos

De maneira geral, vê-se hoje em dia na literatura marxista um êxito extraordinário do conceito de alienação. Não que seus empregos sejam todos concordantes; mas, em *aplicações* múltiplas, ele conserva ainda os traços essenciais que Feuerbach e o jovem Marx haviam desenhado. É preciso caracterizar as condições históricas desse ressurgimento, que permitem explicar seu sentido atual.

Elas se apresentam sob a forma de novos *problemas práticos a resolver nas condições de uma falta teórica*. É esse hiato que a ideologia vem preencher. De que problemas se tratam?

Inicialmente problemas políticos. Esses problemas surgem tanto nos países capitalistas “avançados” quanto nos países “subdesenvolvidos”, vítimas do neocolonialismo, que têm por característica comum diferir mais ou menos profundamente do capitalismo europeu e russo de 50 anos atrás. São essas diferenças que

precisam ser hoje pensadas em relação aos conceitos fundamentais do marxismo, assim como Lênin produzira outrora a análise das condições *específicas* da Revolução Russa.

Uma das consequências do stalinismo foi precisamente deter o desenvolvimento do marxismo num terreno no qual ele possuía, no entanto, os instrumentos teóricos de seu progresso. A obra de Lênin, em vez de ser tomada como o exemplo de um método a seguir, apareceu como a análise já feita de todas as situações possíveis: para tomar apenas um exemplo, o das formas do Estado na passagem ao socialismo, confundiram-se suas formas históricas, próprias da Rússia, com a ditadura do proletariado em geral. Táticas, métodos de organização particulares adaptados às suas condições específicas foram assim pensados como um tipo universalmente válido, tendo por corolário na prática um pragmatismo completo.

Mas trata-se também de problemas imediatamente teóricos. Estes vêm do marxismo científico ter desenvolvido até agora apenas alguns dos conhecimentos cuja possibilidade a revolução de Marx abria. Essencialmente a teoria econômica da formação social capitalista, e a teoria da prática política revolucionária. Outros conhecimentos foram somente esboçados por Marx, Engels e seus sucessores, por exemplo, a teoria das superestruturas jurídicas e do Estado. Outros ainda estão por se constituir, embora exista material: é o caso da teoria das ideologias⁷. Há portanto uma verdadeira “desigualdade de desenvolvimento” do marxismo, que tem ela mesma causas históricas. Contudo, os marxistas são obrigados a manter um discurso sobre essas realidades cujo conhecimento científico ainda não possuem. O caminho mais curto, que eles seguem às vezes, nas áreas da sociologia, da psicologia etc., passa por uma filosofia que possui as aparências do

⁷ Várias tentativas interessantes para fazer progredir o marxismo sobre esse ponto, são detidas pela retomada do conceito de alienação, e a definição de uma “alienação ideológica”, cf., por exemplo, F. Châtelet, “Idéologie et vérité”, in *Cahiers du Centre d'études socialistes*, n. 20, outubro de 1962.

marxismo (a da alienação); mas fazendo isso, em vez de transformar a ideologia, eles a confirmam⁸.

Na prática teórica dos marxistas, essas condições de fato se refletem assim: eles dispõem da teoria de uma área particular (mesmo a das condições determinantes em última instância) e de um conceito ideológico, que não pertence a nenhuma teoria científica particular e, por conseguinte, parece poder constituir a todas. Qualquer fenômeno é efetivamente suscetível de ser interpretado em termos de alienação: o próprio desse conceito é, como vimos, reunir o extremo do “concreto” com o extremo do “abstrato”. Poder-se-á então formular imediatamente o sentido geral, referente à essência da sociedade, de todas as evidências, de todas as observações empíricas, de todas as “vivências”. Para o uso, é um conceito extremamente cômodo. A função da ideologia é efetivamente preencher as faltas segundo o princípio de economia do pensamento.

É preciso pensar essa diversidade de empregos como uma característica intrínseca do conceito. Na sua forma mais rigorosa, ele é efetivamente (cf. acima) o princípio de uma fenomenologia: a alienação *manifesta* a cada instante, em todo lugar, no âmago de cada ato humano, uma estrutura fundamental: o homem despossuído de sua humanidade. Em vez de serem pensadas como realidades específicas, possuindo autonomia relativa e formando um todo complexo, as instâncias da estrutura social que Marx distinguira cuidadosamente (base econômica, compreendendo as forças e as relações de produção; superestruturas jurídicas e políticas; formas de consciência social) são reduzidas aos “fenômenos”, ou seja, à simples expressão de uma essência simples e abstrata. Igualmente, no interior da base econômica, encontrar-se-á a alienação indiferentemente na produção ou no

⁸ Trata-se aqui somente dos autores que recorrem ao marxismo. Seu parentesco é, aliás, frequente com as tentativas de história, de crítica ou de polêmica para pensar o marxismo como uma filosofia ou uma ética no sentido tradicional (cf. R. P. Calvez, Max Rubel).

consumo, destruindo os princípios científicos da análise econômica marxista.

As ideologias pseudomarxistas da alienação podem assim fazer coexistir a forma sistemática e o método do inventário mais disperso.

Tomemos alguns exemplos:

“A alienação das necessidades”

Estudarei este tema a propósito de um artigo muito representativo das tentativas atuais para pensar de maneira teórica os novos problemas econômicos e políticos do capitalismo “avançado”, com o auxílio do conceito de alienação: o de L. Magri, “*O modelo de desenvolvimento capitalista e o problema da alternativa proletária*”. Reconhecem-se aí em ação todos os caracteres do esquema que expus.

Magri parte de um feixe de constatações: nos países “do Ocidente”, a revolução não ocorreu por desagregação do sistema, e mesmo o capitalismo foi capaz de se transformar, mascarando as contradições mais graves; as palavras de ordem dos partidos revolucionários, retomadas por governos reformistas e viradas a favor do capital, foram esvaziadas de seu conteúdo; a dominação do capital manifesta-se por fenômenos novos: não mais estagnação das forças produtivas, mas desenvolvimento ininterrupto, liquidação do antigo sistema colonial, nivelamento da renda e dos padrões de vida, multiplicação dos meios e das funções intermediários, desenvolvimento de necessidades “artificiais” (ao contrário da pauperização precedente, que era a não-satisfação das necessidades “naturais”). Haveria muito a dizer sobre estes “fatos”, reunidos de maneira não-crítica e emprestados da literatura econômica burguesa, exatamente da mesma maneira que Marx, nos *Manuscritos de 1844*, tomava a economia clássica ao pé da letra para “ler” aí suas contradições. Mas o que nos interessa aqui é o método que preside à sua utilização.

O objetivo é formular, nestas condições novas, os princípios de uma “síntese” crítica, de uma “estratégia global” do proletariado

adaptada à natureza mesma do sistema, e não mais a tal ou qual manifestação secundária. Mediante a hipótese suplementar de que os fatos “novos” são mais significativos do que os “antigos”, postulado fenomenológico que tornaria inútil *O Capital* inteiro, é possível elevar-se imediatamente destas constatações à “verdadeira e profunda contradição do sistema” (cf. p. 601, 605, 609, 610). A saber, a inversão das relações entre o homem e a natureza, que o domina em vez de ser dominada por ele, a reificação do mundo humano. Enfim, num terceiro tempo, encontra-se uma expressão privilegiada dessa essência: a alienação das necessidades, que perpetua a inumanidade do capitalismo na abundância relativa dos bens. O consumo de massa, indispensável ao desenvolvimento ininterrupto do capitalismo, aparece como consumo forçado, “pura distribuição, passividade, artifício”, em vez de ser “um momento e um aspecto da atividade livre e criadora” do homem (p. 609). *No funcionamento do sistema capitalista, é o consumo que se tornou determinante, porque é ele o que melhor exprime sua essência.*

É impossível não notar a deformação que sofrem assim os conceitos da análise econômica marxista. “Foi-se o tempo, [escreve Magri], em que o problema da produção dos bens materiais estava no centro da história” (p. 606). Mas a oposição pertinente, na teoria científica de *O Capital*, não é a da produção e do consumo; o consumo, assim como todas as formas sociais do mercado e da repartição, é ele mesmo determinado pelo sistema da produção. É que, em Marx, a produção não é caracterizada primeiro pela sua maior ou menor produtividade, por sua relação à “raridade” dos bens de consumo, nem pelas formas vividas nas quais ela se realiza (a inumanidade do trabalho): o que é determinante é sua *forma* social, como processo de extração de mais-valia. A produção é determinante porque constitui as relações sociais entre as classes às quais ela designa uma função específica.

Graças a essa distorção, poder-se-ão retomar por conta do marxismo todos os temas da “sociedade da abundância”, desde que

sejam dotados de um coeficiente negativo, ou velados de pessimismo. De Marx cai-se no nível teórico de David Riesman.

Mas as consequências práticas não são menos graves. Visto que a alienação nas formas do trabalho e do consumo “constituem hoje em dia a base objetiva mais importante do movimento revolucionário ocidental”, é nesse nível que é preciso agir e fazer chegar a contestação. Denunciar o próprio sistema torna-se “formular um juízo de valor sobre a sociedade... em nome de uma civilização em projeto”; uma civilização, ou seja, um “modelo”, um conjunto de normas, de comportamentos humanos no mesmo nível do imediato concreto. Confusão característica das causas e dos efeitos. A transformação revolucionária já não depende senão de uma *conscientização*⁹: o problema da revolução não é mais o do *poder* mas o do contra-plano, ou, como diz Magri, da “positividade proletária” que é preciso desenvolver desde já “sem esperar” (p. 620). Por que meios? Com que forças? Sob que formas políticas? É o que as ideologias da alienação não podem dizer, sem se arriscar a engendrar utopias. Elas ignoram efetivamente que a contradição fundamental do capitalismo não se lê no nível da vivência, que ela não existe historicamente para os indivíduos a não ser nas formas da *luta de classes*, cuja análise é preciso fazer.

“As alienações da vida cotidiana”

Examinarei mais brevemente este tema, introduzido especialmente por H. Lefebvre, de um interesse teórico bem menor, mas suscetível de indefinidas aplicações no combate político dos estudantes comunistas. Com efeito, os temas de uma “sociologia da vida cotidiana” vinculam-se diretamente aos de uma “contestação”

⁹ Conscientização de que são capazes, *da mesma maneira*, todos os indivíduos que o “consumo de massa, estandardizado” aliena, e opõe sem distinção de classes, ao capital cada vez mais “impessoal”. Este tema, de consequências políticas evidentes, já estava presente nos *Manuscritos de 1844*, onde o operário como o não-operário são despossuídos da natureza humana (cf. p. 69-70).

política num meio no qual, ainda menos do que em outros lugares, a natureza da exploração capitalista é aparente.

Entre as “categorias específicas, já elaboradas em contato com o concreto”, cujo inventário H. Lefebvre se propõe a fazer (*Crítica da vida cotidiana*, t. II, p. 183), a alienação ocupa um lugar marcante. “O homem é alienado: arrancado de si, convertido em coisa, inclusive sua liberdade” (ibid., p. 209). Vemos aqui a inspiração marxiana vir se encontrar com a filosofia existencialista. Para esta, a liberdade se define pelo fato de sempre se ser outro do que se é. A alienação, ao contrário, será o fato de não se poder ser ao mesmo tempo outro do que se é; então, “há uma alienação pela evasão e uma alienação outra pela não-evasão”. As páginas de Lefebvre enchem-se assim com a enumeração das alienações em relação aos outros, em relação à sociedade, em relação a si, etc. Conclui-se daí que “a alienação é portanto infinitamente complexa”.

Vê-se a que se chega por esta via: todo desejo insatisfeito, toda frustração, todo desgosto pessoal poderá chamar-se alienação, e por essa via remeter à história, à “sociedade alienada”. Logo a ideologia espontânea dos indivíduos, por exemplo dos estudantes, na medida em que comporta um mal-estar, reivindicações, é apresentada como a tomada de consciência das contradições objetivas da sociedade capitalista. Os marxistas não teriam que fazer uma análise das relações sociais numa dada situação, nem uma *luta ideológica*: basta-lhes refletir a consciência de um meio tal qual ela se expressa na vida cotidiana.

“A alienação” instalou-se, na ideologia, em toda a parte onde faltava o conceito da particularidade do real. Ela não é de fato nada mais do que o conceito dessa falta mesma, ou seja, do inacabamento ou da incompletude da ciência não reconhecidos, da confusão entre a ciência e a ideologia. Não é de espantar nestas condições que caiba de maneira privilegiada a todas as tentativas voltar atrás nessa distinção. Igualmente, não designando nenhuma realidade determinada, ele se presta a “preenchimentos de sentido” múltiplos, apressados,

frequentemente contraditórios: as consequências práticas são o utopismo na definição dos objetivos e o espontaneísmo na luta política.

Não basta, portanto, pedir ao marxismo um esforço de renovação. A distinção da ciência e da ideologia é apenas secundariamente a de um pensamento “vivo” e de um pensamento “morto”.

Diante das ideologias pseudomarxistas da alienação, os comunistas têm um triplo dever: de *formação teórica*, que lhes permita apropriar-se dos instrumentos de pensamento e de ação baseados nessa distinção; de *conhecimento científico*, desenvolvendo, quando ela ainda não existir, a teoria das realidades com as quais eles lidam; enfim, de *luta ideológica*, como aplicação de sua teoria e crítica das ideologias existentes, condição de sua eficácia histórica. Já é mais do que tempo que os estudantes comunistas reconheçam esse dever, reservem-lhe um lugar essencial em sua prática militante, e façam da formação teórica e da luta ideológica a finalidade, mas também a maneira de sua penetração no “meio estudantil”.